



Boletim Nutrindo a Mudança – MAIO DE 2024

Inundação de veneno: o (ab)uso de agrotóxicos e o colapso ambiental

Por Susana Prizendt - C. P. C. A. P. V. e MUDA-SP - publicado originalmente no

Do mesmo modo como não dá mais para negar que a emergência climática inundou de vez nossa realidade, é impossível ignorar que as comportas por onde escoam os agrotóxicos estão escancaradas. Luta pelo PRONARA é passo essencial para fechá-las

Vai ano, vem ano, e as épocas de chuvas fortes trazem as cheias a muitos rios espalhados pelos territórios. É assim desde os primórdios, no Brasil e no mundo. Só que, depois que inventamos certas maravilhas, como a emissão de gases via queima de combustíveis fósseis e a impermeabilização do solo, conseguimos transformar esses ciclos naturais em verdadeiras tragédias. O desastre da vez, em proporções quase inimagináveis, está sendo vivido pelo povo gaúcho, vítima de um verdadeiro crime, como revela a história do comportamento de administradores estaduais e municipais da região, que, mesmo carecas de saber, pelos alertas dos órgãos científicos, que a situação estava insustentável e que a bomba climática poderia explodir a qualquer momento, fizeram pior do que cruzar os braços: [promoveram ações](#) que aceleraram a explosão e intensificaram as suas consequências danosas.

Se a fritura climática ocorre em escala planetária e tem suas raízes sobretudo no modo como os países do norte global agiram durante os últimos séculos, com seus bilionários explorando ilimitadamente gentes e ambientes para se enriquecer e obter poder, existem responsabilidades locais sempre que uma situação dramática, como a vivida atualmente no sul brasileiro, invade os noticiários. Com uma conformação geográfica em que há forte presença de áreas alagáveis, a região de Porto Alegre está na lista de lugares que podem sofrer impactos fulminantes causados pelos desequilíbrios ambientais crescentes no país e no mundo. Há tempos, os alertas soaram, como revela o relatório [Brasil 2040: cenários e alternativas de adaptação à mudança do clima](#), produzido pelo governo Dilma entre 2013 e 2015. Mas, ao invés de tomar as providências necessárias, a elite político-econômica resolveu quadruplicar a aposta e pisou fundo no acelerador do caos.

Não vou jogar toda a culpa sobre as costas de dirigentes da máquina pública e de empresários inescrupulosos. Em geral, a população também não é santa e, seja por comodismo ou por acreditar que não é mesmo sua tarefa tomar alguma atitude, muita gente seguiu tocando lenha na fogueira, consumindo o que dava e desejava, descartando o que não queria mais, ignorando os avisos que a própria realidade, personalizada no que chamamos de Mãe Terra, cansou de enviar. E - algo gravíssimo - votando errado! Por mais que reconheçamos a manipulação execrável que a gangue formada pelos donos nacionais e internacionais do poder vem exercendo nos últimos anos, sentada em cima de redes de tecnologia que escapam da regulação do Estado, não é possível isentar as pessoas que seguem lavando as mãos em relação à postura criminosa de certos políticos e empresários na esfera socioambiental. Os votos em candidatos que se posicionam abertamente contra as medidas de proteção à natureza, argumentando que elas impedem o desenvolvimento econômico, têm se ampliado em muitas localidades.

Quem mais colhe as tempestades não é quem as semeia

O que é mais doloroso é constatar, mais uma vez, que setores da população que menos agridem o ambiente e mais se esforçam em direção às mudanças positivas acabam sofrendo consequências tenebrosas, perdendo suas moradias, suas posses pessoais, seus instrumentos de trabalho, suas lavouras e até a própria vida em cenas apocalípticas que poderiam ter sido evitadas. É mais uma comprovação - um tanto dura de aceitar, sem sentir revolta frente à tamanha injustiça -, de que não é possível construir um pequeno paraíso agroecológico em meio ao inferno que a realidade parece virar nesses momentos. Até porque quem se beneficiou durante o período em que o equilíbrio ambiental foi sendo minado, contribuindo ativamente para isso, não costuma fazer mea culpa nem responder pelos prejuízos que causou à coletividade - muito menos pelo sofrimento gerado às pessoas que tentaram, ao longo do tempo e como puderam, evitar as tais tragédias anunciadas.

A pergunta de [Márcia Riva](#), do Assentamento Integração Gaúcha em Eldorado do Sul (que foi totalmente imerso pelas águas), em entrevista ao Tutaméia, não poderia ser mais certa: “cadê o Agronegócio agora?” Agora, eu não sei, Márcia, mas nos últimos 40 anos, o Agronegócio do RS esteve mesmo é expandindo seus domínios sobre uma área equivalente a [23 cidades de São Paulo](#), antes ocupada pelos ecossistemas locais, como florestas, campos e banhados. Isso significa que o território de cultivo de soja quintuplicou e que a atividade agropecuária ocupa, hoje, quase metade do estado.

Enquanto isso, os povos tradicionais e os assentados da Reforma Agrária têm insistido em cuidar da terra e dos seres vivos, mesmo sob violência constante por parte de quem é viciado em dinheiro e privilégios. Eles sofreram especialmente nos anos Temer-Bolsonaro, sob o lema do “nenhuma nova demarcação ou assentamento” e, mesmo com o novo governo, que é refém do Congresso Nacional mais ruralista que já tivemos, ainda seguem levando porrada. Se, hoje, temos um Ministério dos Povos Indígenas, conduzido por uma liderança reconhecida como Sônia Guajajara, e o MDA foi recriado, lançando, recentemente, o [Programa Terra da Gente](#) para assentar quase 300 mil famílias até 2026, ainda assistimos à expansão das fronteiras agroexportadoras sobre solos e corpos nos quatro cantos do país.

Não dá para não ressaltar o papel cruel que o Agronegócio vem desempenhando na destruição sistemática das condições essenciais necessárias para que tenhamos a mínima harmonia ambiental. Se apoiando em uma estrutura de cinco séculos de brutal exploração do território brasileiro, a elite agronegoceira do país se aliou às gigantes internacionais de insumos agrícolas e de alimentos para impor um modelo tirânico de produção, em que os ecossistemas são desmantelados, a cultura alimentar é pisoteada, os rios e fontes são sugados e a população é expulsa dos campos, das águas e das florestas, engordando as periferias das cidades, onde não pode cultivar o que come e é obrigada a comprar [ultraprocessados](#) e envenenados. O resultado é mais área impermeável, mais embalagem plástica, mais doenças crônicas e menos esperança de reverter o declínio ecológico que vivemos.

Já cansamos de chover no inundado para descrever o que o sistema produtivo Agro vem fazendo com o ambiente, seja através de suas lavouras e criações de animais, seja na manipulação da classe política e do imaginário popular. Escrevi muitos artigos sobre tudo isso e eles podem ser lidos em vários portais progressistas como [Outras Palavras](#), [GGN](#), [Le Monde](#) e [Mídia Ninja](#). Mas é preciso juntar as pontas e deixar explícito que o drama causado pelos dilúvios no Rio Grande do Sul, assim como a seca que afetou o mesmíssimo estado há um curto tempo atrás, exigindo que o governo socorresse muitas das culturas rurais, está umbilicalmente ligado com a forma como os donos dos latifúndios têm tratado a terra - a que possuem e a que nem deles é, já que avançam sobre áreas de proteção, quilombos, reservas indígenas e interferem nas decisões que impactam o modo como lidamos coletivamente com a estrutura territorial do país.

Do Congresso Nacional às pequenas prefeituras e câmaras municipais, o [lobby dos grandes produtores de commodities](#) tem sido constante quando se trata de “flexibilizar” regras que protejam pessoas e ambientes e fazer coro com os representantes do mercado financeiro para pregar o Estado mínimo. Privatização dos lucros e socialização dos prejuízos é o objetivo - já conquistado em muitos aspectos - perseguido por essa corja neoliberal, sempre nos primeiros lugares na fila para receber socorro financeiro do poder público quando dá suas escorregadas, muitas delas planejadas em detalhes para que a corda arrebente no CNPJ, mas não no CPF.

Não é coincidência que a concentração de renda nas mãos dos bilionários defensores da ausência estatal nos setores básicos da economia ande a passos largos junto à explosão dos fenômenos climáticos extremos. Um [relatório que acaba de ser divulgado](#) pela IPES-Food revela que “o aumento dos preços dos terrenos, a apropriação de terras e os esquemas de carbono estão criando uma compressão de terras sem precedentes, ameaçando os agricultores e a produção de alimentos”. É o legado que a elite internacional nos deixa: desastres demais e comida de menos.

Da água ao caldo tóxico

A frase acima foi extraída do título de um artigo que escrevi para o [Relatório dos Direitos Humanos no Brasil de 2014](#). O complemento dele é “Contaminação química dos recursos hídricos e o modelo agroalimentar”. Estávamos em plena crise hídrica severa no estado de São Paulo e os estudos da qualidade de nossas águas já revelavam que a contaminação por substâncias tóxicas vinha crescendo. Entre os contaminantes encontrados, naquele momento e hoje, os venenos agrícolas seguem marcando presença qualitativa e quantitativamente, com índices de resíduos que, mesmo quando estão dentro dos limites aceitos no país, são extremamente preocupantes. É que aqui permitimos resíduos em quantidade muito maior que na União Europeia, por exemplo, chegando a milhares de vezes mais, como é o caso do Glifosato, agrotóxico mais usado aqui e no mundo. [Seu limite aqui é 5 mil vezes](#) o adotado pela UE.

No texto, eu trago uma questão simples: o que ocorre quando a chuva cai sobre uma plantação que foi “destratada” com agrotóxicos? Eis nosso caldo tóxico se infiltrando na terra e entrando com tudo na cadeia alimentar. Hoje, diante da situação de dilúvios monstruosos se tornando, possivelmente, o novo normal, a pergunta poderia ser: o que acontece quando uma enchente atinge imensas monoculturas envenenadas? O nosso caldo tóxico não conhece fronteiras e não ficará restrito às áreas pertencentes a quem jogou o veneno nas plantações. Ele escoar e invade florestas, povoados, cidades.

Em relação ao cenário no RS, há vários alertas para a gravidade da [crise sanitária](#) que a invasão das águas na região de Porto Alegre pode gerar. De fato, leptospirose e dengue, entre outras, são doenças que tendem a fazer mais vítimas em um ambiente em que não é possível evitar o contato com áreas alagadas ou higienizar adequadamente o que se ingere. A sobrecarga do sistema de saúde já é dada como certa pelos profissionais do setor, mas quase não ouvimos alertas sobre as substâncias tóxicas, escoadas de campos em que se pratica a agricultura convencional, e os danos que podem causar à saúde da população.

Não há nenhuma dúvida de que os venenos agrícolas são danosos para os seres vivos, incluindo seres humanos. Se quiser conferir, consulte o [Dossiê Abrasco: Um Alerta Sobre Os Impactos dos Agrotóxicos na Saúde](#) e navegue pelas 600 páginas de conteúdo científico sobre o assunto. Mas, apesar do que os pesquisadores e a própria realidade mostram, o negacionismo do Agronegócio quanto à tragédia sanitária gerada pelo uso de seus venenos segue firme, propagando suas falácias na mídia comercial com a grana que o latifúndio agroexportador suga do país. Esse negacionismo faz parte do mesmo pacote negacionista que inclui o negacionismo climático e nega tudo o que for dito pela ciência (ou manifestado dolorosamente pela natureza) que possa atrapalhar a maximização dos lucros da elite econômica.

A demonstração cabal dessa recusa em reconhecer o que está escancarado pelos índices de contaminação ambiental e de distúrbios da saúde se deu com a derrubada de vetos que Lula havia feito no Pacote do Veneno, nova lei que regulamenta os agrotóxicos no país. A Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida (CPCAPV) [divulgou uma nota](#) sobre o que significa a derrubada dos vetos. Formada por um sólido conjunto de organizações populares e acadêmicas, ela vem lutando para impedir a destruição das normas que ainda oferecem proteção em relação ao agrotóxico, mas os parlamentares da bancada ruralista se fazem de surdos quando se trata de ouvir as vozes da comunidade científica e dos movimentos sociais.

Assim, nossa atenção volta-se para o poder executivo e o esforço agora é para destravar o [PRONARA](#) - Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos. Ele foi aprovado há cerca de 10 anos atrás, ainda no governo Dilma, mas entrou na mesma gaveta em que todas as políticas públicas progressistas entraram ao decorrer do golpe de 2016. Já passou da hora de o implantarmos, fazendo com que um conjunto de

medidas entre em vigência para fomentar a transição agroecológica e fechar as comportas escancaradas por onde fluem os venenos. Convidamos as organizações que partilhem dessa intenção [a assinar o manifesto](#) que a CPCAPV elaborou em apoio ao programa, reivindicando que seja publicado, ainda neste ano, pela atual administração federal.

Voto apocalíptico ou voto na esperança

Uma pesquisa feita pelo The Guardian com centenas de cientistas climáticos reconhecidos mundialmente revelou o que acham que as pessoas deveriam fazer para combater o aquecimento do planeta. A ação considerada mais eficaz, [apontada por 76% deles](#), é o voto em pessoas comprometidas com uma agenda pró ambiente. Outras atitudes, como reduzir os vôos de avião e o consumo de carne, complementam as recomendações, mas a mensagem é nítida: não há solução individual.

Você se esforça para manter um quintalzinho verde em meio à ilha de calor formada pelo concreto da cidade e evitar comer o bife que levou milhares de litros de água para chegar ao prato, mas um só fazendeiro sedento por grana resolve “investir” 25 milhões de reais em agrovenenos ultra tóxicos [para desmatar uma área de 80 mil hectares](#) de vegetação nativa na região do Pantanal brasileiro. Pronto, seu esforço é engolido por um sistema em que pessoas como ele acreditam que a natureza pode ser destruída em função de um projeto de país em que nosso papel no mundo é ser um grande fornecedor de commodities. Se a legislação e a aplicação da lei pela justiça, esferas coletivas, não garantirem a preservação ambiental, não há como frear o apocalipse climático.

Portanto, a questão, como todas as que dizem respeito à coletividade, é política - e precisa ser enfrentada como tal. Não dá para achar que cada indivíduo pode fazer a sua parte, fechando a torneira ao escovar os dentes ou fazendo uma doação para os desabrigados do RS - ou das tantas calamidades que ocorrem e ocorrerão cada vez mais - se seguir votando em quem não tem compromisso com a vida humana e com a vida dos demais seres animais e vegetais que compartilham conosco a existência aqui no planeta azul.

Enquanto a comoção reinava nas mídias e redes sociais, a bancada Ogra do Congresso derrubava justamente um veto do Pacote de Veneno que dá ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a [exclusividade na liberação dos agrotóxicos](#), destituindo o IBAMA, órgão do Ministério do Meio Ambiente, e a ANVISA, agência do Ministério da Saúde, dessa função. E a caixa de maldades segue aberta porque muitos ataques à legislação ambiental estão sendo feitos, ignorando o drama vivido pelas pessoas afetadas por enchentes, secas, doenças e por tudo mais que é agravado pela destruição dos ecossistemas.

Sim, é hora de doar a quem está em situação trágica. Sim, é sempre hora de evitar gastar muita água e muita energia, reduzir o consumo da carne, preferir transporte público... Mas o que já passou da hora é dar um pé na bunda dessa elite econômica sem escrúpulos, impedindo que seus representantes dominem os poderes executivos e legislativos. O instrumento para isso é, como os cientistas apontaram, o próprio voto, mas é também a batalha para que os votos das outras pessoas acompanhem o seu e sejam dados para candidatos e candidatas que já demonstraram que valorizam a vida e não se sujeitam às imposições de uma agenda ecocida - criada pelo capital para extrair, imediatamente, todos os bens da natureza enquanto for possível, legando terra inundada ou ressecada para a nossa e as futuras gerações.

Se você quiser ser parte da construção de uma sociedade mais resiliente frente aos efeitos do colapso climático-ambiental e, quem sabe, até mesmo evitar que ele siga se agravando, é essencial que entre na campanha para eleger representantes que não sejam ou não ajam como negacionistas (pois há muita gente que sabe bem da situação vivida e finge ser ignorante). Promover o debate nos territórios e contribuir para que as pessoas tenham consciência do que precisam fazer para reduzir as calamidades atuais e futuras, insuflando nelas a vontade de ser parte da solução e não do problema, é o melhor que cada um e cada uma de nós pode fazer agora e daqui para frente. Como ativista socioambiental desde que nasci, crescendo em meio aos comícios, manifestações e trabalhos com comunidades, posso garantir que, embora árduo, o caminho traz momentos de puro encantamento, gerando uma satisfação profunda que, tenho absoluta certeza, nenhum recorde de lucro ou aquisição de luxo pode gerar.

Sim, as águas nas áreas inundadas vão baixar. Mas, enquanto a pomba que soltarmos após cada dilúvio voltar, invariavelmente, com um raminho de soja envenenada no bico, ao invés de um raminho de uma

planta da nossa biodiversidade, teremos que nos preparar para novos apocalipses, cada vez mais intensos. As eleições municipais vêm aí. Dê seu voto - e busque votos! - para quem ainda é capaz de alimentar nossas esperanças.

Saber Funcional

Ele é um fruto saboroso e nutritivo, típico da Mata Atlântica, experimente receitas com o Cambuci!

Por Valéria Paschoal - VP Consultoria Nutricional

O Cambuci é um fruto nativo do bioma Mata Atlântica riquíssimo em nutrientes! Em sua polpa, encontra-se vitamina C, fibras (em 100g tem 5.05g), minerais como ferro, cálcio, potássio, magnésio e fósforo, compostos bioativos como terpenos, importantíssimo para manutenção da saúde e intestino. Muito estudado, o Cambuci é facilmente encontrado em São Paulo em feiras orgânicas e, devido à sua safra, torna-se uma excelente opção para consumo em determinadas épocas.

O Instituto Auá, em São Paulo, também tem um papel imprescindível no resgate e na divulgação do Cambuci, pois vem mapeando e reunindo produtores e, especialmente, levando o Cambuci até o consumidor final. Esse Instituto tem fortalecido a Rota do Cambuci, organizando vários festivais nas 11 cidades paulistas que aderiram ao movimento. Nesses eventos, os produtores vendem a fruta e os produtos que fazem com ela.

Ao consumir alimentos como o Cambuci, que são nativos de determinadas regiões, contribuímos para a preservação da diversidade biológica desses locais. Isso é fundamental para manter ecossistemas saudáveis e equilibrados.

Podemos incluir o fruto em diversas preparações que vão além do suco de Cambuci (que é excelente para casos de constipação intestinal). As receitas podem ser pratos salgados e doces muito variados, além de molhos, sucos e sorvetes a partir da polpa.

Nas reuniões de família, podemos incluir esta receita:

Torta de Ricota com Cambuci – Instituto AUÁ

Chef Anayde Lima – Restaurante Julia

Ingredientes:

550g de ricota

500g de açúcar de coco orgânico

200g de iogurte natural integral

3 ovos

500g de Cambuci

1 limão

Modo de Preparo: Amassar a ricota com um garfo e adicionar 250 gramas de açúcar demerara, o iogurte e misturar bem. Bater os ovos ligeiramente na batedeira. Acrescentar a mistura de ricota aos ovos e bater mais um pouco. Untar uma forma de aro removível com manteiga e farinha e despejar a mistura de ricota. Levar ao forno pré-aquecido a 180 °C de 30 a 40 minutos. Descascar os Cambucis e cortar em pedaços médios. Colocar na panela o Cambuci picado, o açúcar demerara restante, o suco do limão e misturar até ficar uma calda dourada. Desenformar a torta de ricota já fria e cobrir com a calda de Cambuci. Servir.

Já Mudou!

Ebooks gratuitos elaborados pela USP explicam para jovens o que é cultura alimentar

Por [Sindinutri-SP](#)

O projeto “Detetives da Comida: O que comemos e por que comemos o que comemos?” visa promover a alfabetização ambiental de jovens entre 11 e 14 anos, com foco tanto em conteúdos quanto em práticas científicas e ações de transformação social. Desenvolvido em torno das relações entre meio ambiente e alimentação, o projeto prevê o monitoramento participativo da segurança alimentar na residência dos estudantes, contribuindo para o combate à fome.

O projeto envolve um curso de formação continuada para professores, baseado em um livreto didático homônimo para os estudantes e uma cartilha de apoio ao ensino para os professores. O livreto aborda os temas de Saúde Planetária, Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional, Ciência Cidadã e Mudanças Climáticas distribuídos ao longo de 4 seções que guiarão o estudante numa investigação sobre a alimentação, relacionando-a com fatores ambientais, culturais, históricos e geográficos.

A equipe é composta por quatro profissionais de diferentes áreas que trabalham com a saúde planetária e também atua ministrando curso de formação para professores “Promovendo a Saúde planetária por meio da Educação Alimentar e Nutricional: uma proposta de formação transdisciplinar para professores de ensino fundamental II”, envolvendo temáticas como: Saúde Planetária, Ciência Cidadã, Ensino de ciências por investigação, Educomunicação, Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional.

Entre 21 de novembro e 14 de dezembro de 2023, ocorreu a segunda edição do curso “Promovendo a Saúde Planetária por Meio da Educação Alimentar e Nutricional: uma Proposta de Formação Transdisciplinar para Professores de Ensino Fundamental II”. O curso tem como objetivo fornecer uma formação teórica para professores aplicarem o projeto de ciência cidadã Detetives da Comida em sala de aula e contou com carga horária de 30h. Foram abordados aspectos teóricos sobre Saúde Planetária, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Alimentação, Segurança e Soberania Alimentar, Ciência Cidadã, Ensino de Ciências por Investigação e Educomunicação. Após a formação, os participantes receberão os livretos didáticos do projeto para adaptação da proposta e aplicação prática em sala de aula. O curso foi promovido pela equipe do projeto (Beatriz S. Laham, Luis Gustavo Arruda, Sheina Koffler e Vanessa Góes), sob coordenação da Profa. Dra. Aline Martins de Carvalho. Esta edição também contou com os palestrantes Marcela Seraphim (iniciativa Do Pasto ao Prato) e Pedro Gruppelli (educador) e apoio do Prof. Dr. Antonio Mauro Saraiva (Poli e IEA-USP).

A parte expositiva das aulas está disponível [nesta playlist](#) do YouTube.

Baixe [aqui](#) os materiais gratuitamente.

Vamos Mudar?

MPA apresenta sua pauta nacional ao ministro Paulo Teixeira, do Desenvolvimento Agrário

Por Mateus Quevedo e Marcos Antônio Corbari - MPA Brasil

Documento formulado durante reunião da direção nacional do movimento foi entregue durante encontro em Brasília

Dirigentes do Movimento dos Pequenos Agricultores e das Pequenas Agricultoras (MPA) se reuniram com o ministro Paulo Teixeira no final da tarde desta quinta-feira (23) no Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) para apresentar a sua pauta nacional ao Governo Federal.

Entre os pontos da pauta estiveram a apresentação da Missão Josué de Castro, ação construída com diversas organizações e que objetiva alimentar 5 milhões de pessoas e a proposta do MPA para o Programa de Alimentação Saudável e de garantia de crédito e fomento para as famílias que não acessam o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Também foram destacadas no documento a urgência de políticas para mitigação dos impactos das mudanças climáticas, com foco inicial no Rio Grande do Sul, que se encontra em estado de calamidade; ações emergenciais para potencializar a produção de alimentos para o conjunto do campesinato brasileiro, como, por exemplo, a garantia de compra e estruturação da cadeia produtiva do arroz; e, também, sobre compromissos já pactuados com o MDA em outras ocasiões. “Nós sempre estivemos em luta no campo, nas ruas e nas redes, em defesa da democracia, denunciando e resistindo a todo tipo de

injustiça e preconceito com o conjunto da classe trabalhadora” afirmou Anderson Amaro, dirigente do MPA no estado da Bahia, ao final do encontro.

“O Movimento entende que a transição agroecológica dos sistemas alimentares é uma ação decisiva para superar a fome e as desigualdades sociais, enfrentar as mudanças climáticas, proteger a biodiversidade e a recuperação dos ecossistemas associados à promoção da saúde pública”, complementa Francisca Souza, do MPA do Piauí.

Receptivo aos pontos de pauta apresentados, Teixeira afirmou que todos os tópicos serão avaliados e debatidos internamente e demonstrou confiança que muitos dos itens apresentados pelo MPA de fato são essenciais para que se construa a transição dos sistemas alimentares com o protagonismo da agricultura camponesa e familiar no país. “Queremos aumentar nosso diálogo com o MPA e já, de imediato, coloco toda nossa equipe para avançar nas pautas emergenciais que vocês apresentam”, afirmou.

Segundo o ministro, neste momento a estrutura do MDA está voltada à “organização de um fundo de aval para que os pequenos agricultores possam ter acesso a crédito para avançar na produção, tecnificação e para as cooperativas, que será integrado ao Plano Safra”. Teixeira afirmou que pretende desenvolver a partir da pasta, ações e políticas que sejam estruturantes.

Conheça as proposições apresentadas pelo MPA

O primeiro ponto discutido foi a respeito da Missão Josué de Castro, que tem como elemento fundamental a transição agroecológica, o abastecimento popular e o acesso a comida de verdade para cinco milhões de pessoas.

“Projetamos a produção camponesa e a rede de abastecimento popular de alimentos como um contínuo econômico, técnico, geográfico e cultural, capaz de combinar a alimentação de cinco milhões de pessoas com o acúmulo de força social para a defesa da democracia”, explica Leomárcio Araújo, também dirigente do MPA na Bahia. A missão é construída por diversos movimentos populares, sindicais, ONG’s e outras organizações e tem uma agenda de articulação com diversos ministérios e instituições estatais.

O segundo ponto apresentado a Teixeira, alerta para a necessidade de se construir no Brasil um Programa de Alimentos Saudáveis. “Entendemos que é necessário mudar a lógica de financiamento da agricultura, em uma lógica que supere o PRONAF, que se tornou em um instrumento de aprofundamento à financeirização da produção agrícola, com base nas commodities, em detrimento à produção de alimentos saudáveis”, explica Rafaela Alves, do MPA em Sergipe.

Quatro soluções foram apresentadas a partir deste ponto: combate à fome a partir da produção de alimentos da agricultura familiar camponesa, transição agroecológica massiva, fortalecimento da saúde pública e lançamento de nova geração de políticas públicas capazes de promover a participação popular, a consciência cidadã e a defesa da democracia.

Alimentar o Brasil e enfrentar a emergência climática

Acerca da emergência climática o MPA citou a catástrofe socioambiental do Rio Grande do Sul como fato culminante, alinhado após uma série de alertas e de eventos isolados de menor porte. “É necessário uma mudança estrutural, uma vez que eventos como estes são cada vez mais frequentes e em intensidades maiores”, afirma Frei Sérgio Görden, dirigente do MPA no RS.

“Sabemos que o modelo de produção da grande agricultura convencional é um dos fatores fulminantes para o desequilíbrio ecológico, sendo necessário mudar a lógica de financiamento para um sistema alimentar resiliente”, completa. Dentro desse ponto de pauta, o MPA aponta como um dos destaques a necessidade de Pagamento por Serviço Ecossistêmico junto aos agricultores familiares, camponeses, indígenas, povos e comunidades tradicionais que consorciaram a produção de alimentos saudáveis com a preservação da natureza.

“Reivindicamos ainda ao governo federal, que priorize políticas públicas visando o aumento da produção de alimentos e o aumento da renda, combinado com a política de abastecimento”, comenta

Leila Denise Meurer, do MPA em Rondônia, aludindo às ações imediatas necessárias para atender a base camponesa do MPA, quarto ponto da pauta apresentada.

Fazem parte das reivindicações apresentadas as ações voltadas à promoção da soberania alimentar, tecnificação integral para a agricultura camponesa, reajuste dos preços dos itens que integram o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), fortalecimento da Política Nacional de Convivência com o Semiárido, implementação de um Plano Nacional de Agroindústrias Multifuncionais, regularização fundiária e a afirmação da demarcação dos territórios camponeses e implementação de um Programa Público Nacional de Saneamento Básico Rural.

Ainda no quarto ponto de pauta são requeridos apoio à implementação de 25 mil biodigestores familiares, massificação da Transição Agroecológica, negociação das dívidas da Agricultura Familiar, Assistência Técnica e Extensão Rural, implantação de um Programa para instalação de usinas solares comunitárias (“Sol para Todos – Sol é Alimento”), universalização do acesso à água potável e condições de Permanência da Juventude no Campo, também foram apresentadas.

Produção de arroz no Nordeste

O ministro deu um prazo de 60 dias para o MDA apresentar respostas aos pontos mais específicos. Outros pontos mais estratégicos e emergenciais se darão a partir da instalação de um grupo de trabalho que envolva o MPA e a Secretaria da Agricultura Familiar e Agroecologia (SAF), a Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar (SEAB), a Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental (SFDT) e a Superintendência Federal do Desenvolvimento Agrário (SFDA).

Um dos encaminhamentos mais importantes da conversa foi sobre a proposta de um programa para estruturar a cadeia produtiva do arroz, de forma a descentralizar e garantir a produção, beneficiamento e comercialização desde a agricultura camponesa e familiar, que integra o quinto ponto da pauta apresentada.

“Temos uma oportunidade ímpar de garantir um debate sobre a importância da agricultura familiar para a produção de alimentos, como o arroz, em grande escala, envolvendo diversas unidades de produção camponesa, a política de produção do arroz precisa ser com base na agricultura familiar, uma vez que temos muitos pequenos agricultores que produzem sem ajuda do Estado”, defendeu Palmeira.

Em resposta, o secretário Vanderley Ziger, da SAF, respondeu se comprometendo em ajudar nesta estruturação e defendeu que “será importante garantir que haja a compra antecipada da produção destes pequenos produtores para que de condições de acesso ao mercado, este é um ponto central, nos colocamos a disposição para ajudar o MPA nessa operação”.

Para conhecer a pauta integral apresentada pelo MPA ao governo federal através do ministro Paulo Teixeira, acesse o documento em pdf: [Pauta Nacional do MPA / Maio de 2024](#).

Brotar é Preciso

Leite de coco com inhame: preparo com segurança

Por Conceição Trucom - Doce Limão

Lá em São Lourenço/MG, onde gravamos [esta vídeo-receita](#) estávamos com MONTÃO de coco verde, sua água, sua polpa. E afirmo com gratidão: feliz de quem tem essa fartura deste super alimento que contém tudo que mais precisamos para se manter hidratado e sano...

Quando mães me perguntam, como posso amamentar meu filho durante o desmame ou em momentos de inapetência, ou mesmo durante uma diarreia ou restabelecimento de saúde? A resposta é bem disco arranhado: leitinho de coco verde. E aqui, nesta receita 4 em 1 fui muito mais além, porque ensino como consumir o inhame (e o cará) de uma forma muito saborosa e segura.

Explico: está super disseminado nas redes sociais a informação de que o leite de inhame é saudável, cura dengue, fortalece os rins e tem poderes desintoxicantes. O livreto da [Sonia Hirsch - Inhame Inhame](#)

[e Ame](#) - é bem completo em explicações, seus vários nomes e dicas de uso. Recomendo a leitura e concordo sim com boa parte de todas estas indicações...

Mas tem um porém: enquanto cru é um alimento bem rico em ácido oxálico, um antinutricional, que pode causar problemas para muitas pessoas, incluso crianças, de irritação nas mucosas, que podem durar de segundos a horas. Nem todas as pessoas apresentam este sintoma, até porque existem variedades de inhames mais ricos neste antinutricional que outros. Porém muitas pessoas apresentam, como fazer?

Então, o ideal é dar uma aquecida prévia, o que chamo de branqueamento, e assim reduzir a níveis baixos e bem seguros, o teor de ácido oxálico. Vamos saber mais e como? De brinde como preparar mousse de coco, leite de coco, leite de coco com inhame e iogurte: 4 em 1.

Semeando

Ciclo de atividades do MUDA, campanha de ajuda ao RS, seminários, novas publicações e muito mais

Destaques:

- O MUDA - Movimento Urbano de Agroecologia – segue encantando a todos com o Ciclo de vivências sobre Cultivo, Alimentação e Saúde 2024, feito em parceria com o SESC Osasco. [As atividades são divulgadas no Instagram](#), são gratuitas e acontecem todas as quintas-feiras, às 14 horas, em hortas comunitárias do município. A próxima será no dia 3 de junho e o tema é SAFs, sistemas agroflorestais, compreendendo como eles podem ser criados e mantidos. O ciclo faz parte do projeto Germinar, em que integrantes do MUDA se juntam a agricultores urbanos de Osasco em busca de uma nova maneira de viver a cidade e se relacionar com o campo. Um pouco do resultado disso tudo você vê [em um lindo vídeo!](#)

- O MUDA também é parceiro da Gente é Pra Brilhar, Não para Morrer de Fome e do Coletivo Banquetaço na criação da série [Se preparar para os desastres ou preparar desastres: De que lado você está?](#), que provoca um debate a partir da situação trágica do Rio Grande do Sul e da percepção de que a crise climática já não pode ser ignorada. Acompanhe nos nossos instas.

- Em solidariedade à população do Rio Grande do Sul, atingida pela tragédia climática, o GT Água da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável está coordenando [uma campanha](#) para compra e entrega de água mineral em Porto Alegre, com a urgência que a calamidade pede. A meta é arrecadar R\$70 mil reais para a compra de 10 mil galões de água de 5 litros. A água será comprada em São Paulo e entregue em Porto Alegre, por caminhões disponibilizados por parceiros da Aliança. As doações podem ser feitas via PIX da ACT Promoção da Saúde (CNPJ 086 587 660 001 70), integrante da Aliança. Nas redes sociais da Aliança, ACT, GEPPAAS e parceiros, seguiremos informando sobre as arrecadações obtidas e logística de entrega. Toda e qualquer ajuda fará diferença. Contamos com vocês. Faça sua doação agora!

- Investigar o potencial de certos alimentos nativos do Brasil como componentes de um padrão alimentar protetor da saúde mental é o objetivo do [Grupo de Pesquisa Alimentos, Nutrição e Saúde Mental](#), criado em março no IEA. A pesquisa leva em consideração o fato de que já são conhecidos os efeitos desses alimentos na prevenção e no tratamento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), como as cardiovasculares, câncer, diabetes e obesidade.

Atividades:

- Vem aí o [XI Simpósio sobre Reforma Agrária e questões rurais!](#) Em tempos de fúria climática, o debate sobre as questões fundiárias e o modelo agroalimentar do país é mais do que urgente. E não dá para deixar de falar sobre a presença massiva dos agrotóxicos nos latifúndios do país e sua relação com a destruição ambiental e a desestruturação social e cultural que vivenciamos. Participe e seja parte da luta por direitos.

- Segurança Alimentar e Mudanças Climáticas - [Evento do ciclo UrbanSus](#) (Sustentabilidade Urbana) debaterá a importância dos sistemas alimentares como alavancas para otimizar a sustentabilidade ambiental e a saúde humana. Presencial e online.

- No dia 12 de junho, organizações da sociedade civil vão promover um dia de encontros e debates no Congresso Nacional, com atividades educativas e interativas, um ato político e um seminário que vai reunir especialistas nacionais e internacionais. A reforma tributária significa muito mais do que a simplificação de impostos, e vai impactar a vida dessa e das próximas gerações. De qual reforma o Brasil precisa? Venha com a gente, por uma reforma tributária 3S: saudável, solidária e sustentável. Fique de olho no site da [Aliança pela alimentação adequada e saudável](#) para ter as informações que serão divulgadas.

- O *Seminário Saberes Tradicionais e Práticas Integrativas e Complementares em Saúde no SUS* foi realizado na Câmara dos Deputados e [a gravação já está disponível](#) para quem quiser assistir. As três mesas de discussões abordaram os avanços, desafios e perspectivas futuras das PICS no SUS ao longo desses 18 anos da PNPIIC, o desenvolvimento sustentável por meio de estratégias interministeriais que recai sobre regulação de insumos, cadeias de produção e acesso a medicamentos de plantas medicinais e fitoterápicos. Além disso, o evento se propôs a elevar o reconhecimento e a valorização dos saberes tradicionais brasileiros, construindo estratégias de inovação e fortalecimento da integralidade, ampliando as competências culturais, interculturais, preservação do ambiente e cultura.

- A programação da UMAPAZ está cheia de atividades agroecológicas. No dia 27, será a vez da [Oficina de Plantio](#), onde as crianças terão a oportunidade de se divertir enquanto plantam mudas em vasos. Durante a atividade, aprenderão técnicas e materiais para a construção dos vasos, promovendo um maior contato com a natureza e compreendendo os ciclos de vida naturais.

Publicações e relatórios:

- O IDEC acaba de lançar a terceira edição do relatório [Tem veneno nesse pacote](#), que a partir da testagem de 24 produtos ultraprocessados, identificou a presença de agrotóxicos na metade deles. A Anvisa não monitora esse tipo de resíduo no caso dos ultraprocessados e considera os mesmos parâmetros previstos para alimentos in natura. Segundo a agência respondeu [para uma matéria feita pela Repórter Brasil](#), não há metodologia científica internacional que estabeleça limites para agrotóxicos na formulação de ultraprocessados e que, caso houvesse, deveria ser específico para cada produto. Uma das substâncias encontradas foi o fipronil, utilizada no combate parasitário em animais e plantações, e banida em diversos países.

- O novo relatório [Financiamento para a segurança alimentar e a nutrição na América Latina e no Caribe](#), realizado conjuntamente pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), o Programa Mundial de Alimentos (WFP na sigla em inglês) e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) alertam que os custos de não combater a fome e a má nutrição podem ser superiores aos das soluções para garantir a segurança alimentar e uma melhor nutrição. Segundo o relatório, estima-se que o gasto produzido pela inação contra o impacto da fome e da má nutrição represente em média 6,4% do PIB dos países estudados. Em contrapartida, o custo médio de trabalhar para fechar a lacuna de rendimentos com transferências para acesso a dietas saudáveis é de 1,5% do PIB, sem incluir os custos de gestão e implementação.

- A [Forbes dá destaque para o estudo "Comprometimento Econômico das Mudanças Climáticas"](#), publicado na revista Nature na segunda quinzena do mês de abril, afirma que a diminuição de produtividade ocasionada pelas mudanças climáticas poderá resultar em uma retração de 19% na

economia mundial até 2049. Apesar do número ser significativamente maior do que amostras anteriores, os autores — pesquisadores do Instituto Potsdam para Pesquisa de Impacto Climático, na Alemanha — alegam que seus dados são conservadores e podem chegar a até 29% do PIB global. Uma pesquisa do Fórum Econômico Mundial, divulgada em 2023, prevê que as mudanças climáticas custarão entre US\$ 1,7 trilhão (R\$ 8,6 trilhões na cotação atual) e US\$ 3,1 trilhões (R\$ 15 trilhões) por ano até 2050 — o que equivale a 1,5% e 2,8% do PIB global atual. “Isso inclui o valor dos danos à infraestrutura, propriedades, agricultura e saúde humana.” O estudo publicado na Nature adota uma abordagem mais agressiva, calculando a perda de produtividade, além dos esforços para mitigação dos danos, a partir da análise de 1.600 regiões e 40 anos de dados comparativos para a realização dos cálculos.

Reportagens, artigos, posts e vídeos:

- Post no [Instagram da Dra Valéria Paschoal](#) traz uma tabela comparativa das propriedades nutricionais de diversos óleos para conhecermos e incluímos em nossas refeições diárias. São feitos com alimentos da biodiversidade brasileira, como o de baru, de pequi e babaçu. Além de conferirem sabor às refeições, também são mais sustentáveis.

- Em todo o mundo, 72% das pessoas que vivem em condições de extrema pobreza (e por isso, estão mais expostas aos eventos da emergência climática) são mulheres. O dado é do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas. [Assista ao vídeo](#) no qual a bióloga Renata Ilha, especialista em mudanças climáticas e políticas públicas, explica por que a crise climática deve ser pautada a partir de uma ótica de gênero, raça e classe. Para doar ao Programa de Ajuda Humanitária da Themis e apoiar sua rede organizada de mulheres afetadas pelas enchentes no Rio Grande do Sul, use a chave PIX 970024060001-45 (CNPJ - Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos).

- O Joio e o Trigo traz em seu site uma matéria intitulada [Estamos vivendo uma obsessão pelas proteínas?](#) Ela mostra que, em cinco anos, as buscas na internet pela palavra “proteína” dobraram e que Influenciadores estimulam um consumo muito mais alto que o recomendado por órgãos de saúde, e num país que tem abundância de alimentos. Confira o artigo para compreender a situação.

- O E o Joio também destaca que os motoristas e entregadores de aplicativos estão trabalhando mais, ganhando menos e contribuindo menos para a previdência, como mostra um [estudo](#) do Instituto de Pesquisa Econômica (Ipea), lançado na terça-feira (21). Intitulado *Plataformização e Precarização do Trabalho de Motoristas e Entregadores no Brasil*, o levantamento revela que entre 2012 e 2015, enquanto o total de motoristas autônomos no setor de transporte de passageiros era cerca de 400 mil, o rendimento médio flutuava em torno de R\$ 3.100. Em 2022, quando o total de ocupados se aproximava de 1 milhão, o rendimento médio era inferior a R\$ 2.400. Nessa mesma categoria, a proporção de trabalhadores com jornadas entre 49 e 60 horas semanais passou de 21,8% em 2012 para 27,3% em 2022. Nos últimos anos, o Joio vem [mostrando](#) em reportagens e [entrevistas](#) as pressões às quais os trabalhadores de plataformas no Brasil estão sendo submetidos, assim como as suas [insatisfações](#) e [reivindicações](#) por regulamentação da ocupação.

CSAção

Experimentos de humanização da economia – leia o segundo da série de textos sobre o tema

Por Daniel Pestana Mota, diretor presidente da Associação Comunitária CSA Brasil

Para compreendermos a “Economia de Comunhão” é preciso, antes, visitar a história do Movimento dos Focolares. Surgido em Trento, na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial (1943), teve como principal expoente Chiara Lubich, nascida naquela mesma cidade em 17 de janeiro de 1920, falecendo, também ali, em 14 de março de 2008.

Chiara foi uma professora que desde cedo teve a intenção e a prática de ajudar os mais carentes que residiam nos bairros degradados daquela localidade. Figura carismática que rompeu com muitos estereótipos femininos já na década de 1940, foi precursora de um papel até então inédito para as mulheres na sociedade e na Igreja Católica Romana. Sua mãe, Luigia Marinconz, era uma católica fervorosa, e seu pai, Luigi Lubich, socialista e antifascista convicto e tipógrafo do jornal socialista *Il Popolo*, dirigido por Cesare Batishti. Chiara, que teria sido batizada como Silvia, desenvolveu um forte senso de justiça social tendo como referências seu pai e seu irmão, Gino, também socialista. O que também a tornou sensível às necessidades dos pobres foi a situação da própria família, vítima do fechamento do local de trabalho de seu pai, pelo regime fascista.

Foi assim que, aos 15 anos, ingressou nas fileiras da Ação Católica, em Trento, e logo se tornou líder juvenil diocesana. Foi considerada uma figura notável no diálogo ecumênico, inter-religioso e intercultural, conforme reconhecido pela UNESCO, o que lhe rendeu o Prêmio de Educação para a Paz em 1996. Foi agraciada, ainda, com o Prêmio Direitos Humanos em 1998, pelo Conselho da Europa. Em sua trajetória, as feridas da Segunda Guerra lhe marcaram profundamente. Em meio à incerteza sobre o futuro e ao medo pela própria vida causado pelo conflito, Chiara defendia que a salvação de todas as questões se dá pelo amor.

Em fevereiro de 1948, num editorial assinado por ela e publicado em *L'Amico Serafico*, a revista dos Padres Capuchinhos, ela anunciou a comunhão dos bens a todos os que a rodeavam, seguindo o exemplo dos primeiros cristãos. Depois de apenas alguns meses, cerca de 500 pessoas estavam envolvidas numa ampla partilha de bens materiais e espirituais. Estavam lançadas as bases do movimento dos Focolares, cuja missão seria a de levar a fraternidade universal, com enfoque na economia, pela prática da espiritualidade da unidade entre os povos, buscando promover o diálogo entre cristãos de diferentes confissões de fé que anseiam por valores universais.

Concebia-se na formação do movimento focolarino, a construção de uma unidade chamada de comunhão, que deveria ter reflexos sobre o mundo econômico e do trabalho. A economia, e o trabalho, estariam, portanto, como elementos centrais neste movimento. Nascia a Economia de Comunhão (EdC), com caráter solidário e de partilha. Uma cultura de “dar”, e não de “ter”, em que a dimensão econômica se alia às dimensões social, moral e religiosa. Chiara Lubich visitou o Brasil pela primeira vez em 1991, tendo ficado impressionada com a extrema miséria e com as muitas favelas que, como “coroa de espinhos” (nas suas próprias palavras), circundavam a cidade. Uma impressão profunda causada principalmente pelo enorme contraste entre aqueles barracos e os muito arranha-céus luxuosos, tudo isso fruto da mais marcante desigualdade social.

Dessa experiência nasceu a necessidade de estender a dinâmica da comunhão individual dos membros dos Focolares – que já praticavam desde seus primórdios, em Trento na Itália – às empresas, convidando empresários e acionistas a colocar o lucro delas em comum, atendendo a objetivos precisos: para a difusão da chamada “cultura da partilha” e da comunhão que entendemos implicar na formação e desenvolvimento humano para a construção do “homem novo” e de um novo mundo. Ao se buscar uma nova relação entre o mercado e a sociedade, desafiando as ideologias dominantes nessa era de globalização, a economia de comunhão – EdC - procura apresentar uma visão humanista cristã da forma de se gerir negócios, com especial enfoque na maneira como as pessoas se relacionam com seus envolvidos, gerando qualidade aos relacionamentos interpessoais e inter-organizacionais.

Por ser algo novo, essa característica comportamental penetra todas as demais dimensões organizacionais dessas empresas, em maior ou menor intensidade, conforme suas experiências, progressos ou retrocessos na construção dessa cultura de partilha. De fato, o lucro é um aspecto da riqueza (não o mais significativo), do valor agregado de uma sólida empresa. Ele se torna importante para os cálculos contábeis, planilhas de viabilidade financeira e necessário para os planejamentos internos a curto, médio e longo prazo envolvendo a estratégia de ação, seja por novos produtos, pelo crescimento e expansão ou até mesmo para o investimento em novos segmentos.

Mas, vale salientar que de fato uma empresa pode distribuir riqueza de muitas outras maneiras, além de distribuição de lucro entre os sócios, paradigma que caracteriza a Economia de Comunhão. Um movimento que, de maneira indiscutível, rompe com a tradicional economia neoliberal. Uma nova roupagem à lógica individualista, agora pautada na partilha dos resultados materiais dos processos

econômicos. Um movimento que precisa ser considerado e levado em conta quando falamos da premência de novos paradigmas!

Cuidado: Veneno!

Pesquisador da UFMT expõe impacto dos agrotóxicos no Pantanal e defende banimento do 2,4-D

Por Roberta Quintino - Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida

A flexibilização dos agrotóxicos no Brasil é um dos principais pilares do agronegócio, resultando em graves consequências ambientais e de saúde pública. Em abril, uma reportagem veiculada no programa Fantástico, da Rede Globo, denunciou o uso ilegal de agrotóxicos no município de Barão de Melgaço, no Pantanal Mato-Grossense.

A reportagem teve a participação do médico, pesquisador e professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Wanderlei Pignati, que, em entrevista exclusiva para a Campanha Contra os Agrotóxicos, revelou que sua fala foi editada, omitindo parte importante dos comentários sobre os impactos do desmate químico que atingiu uma área de mais 80 mil hectares, configurando a maior tragédia e dano ambiental já registrado no estado de Mato Grosso.

O crime ambiental foi cometido pelo pecuarista Claudicy Oliveira Lemes. Ele utilizou 25 tipos de agrotóxicos para o desmatamento da vegetação nativa, incluindo o herbicida 2,4-D, ingrediente do “agente laranja”, utilizado como arma química na Guerra do Vietnã.

Pignati destaca que o 2,4-D, originalmente desenvolvido como arma de guerra, é altamente tóxico. “Um dos agrotóxicos mais utilizados no Brasil é o 2,4-D, que quadruplicou em uso nos últimos dez anos, é cancerígeno, causa desregulação endócrina e depressão imunológica. Os efeitos na saúde humana e no meio ambiente são devastadores”, explica o professor.

Entre os trechos cortados na reportagem, Pignati explicava sobre os efeitos na saúde humana, revelando que “problemas como má-formação, distúrbios hormonais e problemas neurológicos podem aparecer anos após o contato com o agrotóxico”.

No Brasil, o 2,4-D é amplamente utilizado como desfolhante em culturas de soja, milho e algodão. Lançado por aviões, o agrotóxico acaba atingindo pontos não-focos, como rios, outros cultivos e comunidades próximas do local da pulverização.

O professor explica que o agrotóxico aplicado por pulverização aérea, devido às condições de temperatura e vento, pode atingir pontos até 30 quilômetros do local da pulverização. “Uma parte vai pelo ar, pela chuva, mais uma parte desce e vai no solo. E ele tem uma vida média de 150 a 200 dias em que fica agindo”.

Nesse contexto, ele recomenda que o governo monitore a região e o entorno para avaliar o impacto na saúde dos animais, na qualidade da água e acompanhe as populações das comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas presentes no município.

Em relação aos impactos ambientais, Pignati acredita que o desmatamento na região é quase irreparável. Em sua avaliação, seriam necessários pelo menos 10 anos de pesquisa para identificar os animais e plantas que foram extintos, coletar sementes, realizar novas plantações. “Mesmo assim, após esse período inicial, algumas plantas podem levar 20 a 30 anos para crescer até atingir o estado original”. No entanto, ele ressalta que, mesmo após esses 30 anos, a recuperação nunca será completa, permanecendo irreparável em relação ao estado original.

BANIMENTO

Devido aos efeitos provocados pelo agrotóxico na saúde humana e na biodiversidade, o professor propõe uma reavaliação urgente e o banimento do 2,4-D no Brasil, baseando-se em estudos da Fiocruz e pela classificação da Agência Internacional para a Pesquisa do Câncer (IARC), da Organização Mundial da Saúde (OMS), como sendo “potencialmente carcinogênico”, que comprovam sua toxicidade. Para ele, é urgente uma campanha para o banimento do 2,4-D no território nacional, “como já aconteceu com outros

agrotóxicos”. Ele cita o Paraquate como exemplo de mobilização, no qual a proibição foi definida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), em 2017, após quase 10 anos de discussão sobre o tema.

Na ocasião, a Anvisa deu prazo até 2020 para adequação do setor. A data foi prorrogada por mais um ano para que produtores pudessem usar estoques já adquiridos. Atualmente, o Brasil utiliza cerca de 30% dos agrotóxicos banidos na União Europeia, sendo alguns considerados extremamente tóxicos, altamente tóxicos ou medianamente tóxicos para a saúde humana.

FLEXIBILIZAÇÃO

O professor critica ainda as recorrentes flexibilizações na legislação ambiental, no âmbito nacional e estadual. Em relação às normas que tratam de pulverização de agrotóxicos no estado do Mato Grosso, ele denuncia a revogação do Decreto 2.283/2009, que estabelecia distância mínima de aplicação de 300 metros de cidades e mananciais de captação de água para abastecer a população; 150 metros de mananciais, moradias isoladas e agrupamentos de animais; e 200 metros de nascentes.

O Decreto Estadual 1.362/2012, reduziu, a distância de 300 metros, para 90 metros, “sem qualquer estudo científico”. Para Pignati, a mudança na lei aumentou significativamente o risco de contaminação ambiental, afetando a saúde pública. O Decreto regulamenta a Lei 8.588/2006 que regula o uso, aplicação, produção, comércio e transporte de agrotóxicos no estado. Cabe destacar que, desde 2018, a Câmara dos Deputados mantém engavetado o Projeto de Lei 6.670/2016, que institui a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNARA), voltada ao desenvolvimento de práticas agroecológicas favorecendo a contenção do uso de agrotóxicos. Paralelamente, o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara), aprovado em 2014, que estabelece medidas para restrição de venenos banidos no exterior e reforça a regulação pelos órgãos de Saúde e Meio Ambiente, ainda não foi implementado.

Enquanto mecanismos de combate aos agrotóxicos estão paralisados, a bancada ruralista no Congresso Nacional avançou na flexibilização de leis ambientais, afrouxando a fiscalização de violações em conflitos por terra e uso de agrotóxicos. Simultaneamente, viabilizou a aprovação de projetos antiambientais, como a Lei nº 14.785/2023, conhecida como [Pacote do Veneno](#), que libera mais agrotóxicos no Brasil.

Casos como o de Barão de Melgaço, no Mato Grosso, ilustram a gravidade da situação no território nacional. Com a aprovação do Pacote do Veneno e a derrubada de 8 dos 17 vetos presidenciais, que representavam pequenas barreiras para conter os retrocessos da nova lei, se estabelece a “desregulamentação total relacionada aos agrotóxicos no Brasil”, aponta o professor.

“A ganância do agronegócio não tem limite. A flexibilização das leis ambientais e a falta de fiscalização são um convite ao desastre ambiental”, afirma Pignati, que defende a implementação da PNARA (Política Nacional de Redução de Agrotóxicos) para mitigar os efeitos da nova legislação. “A agroecologia é o caminho para um futuro sustentável. Precisamos de políticas públicas e leis que incentivem essa prática e protejam a saúde das pessoas e o meio ambiente”, destaca.

A Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, em articulação com outras organizações, lançou o [“Manifesto Pronara Já”](#) para exigir a revisão e publicação do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara), ainda no ano de 2024. O Pronara original continha 137 ações, divididas em 6 eixos, envolvendo ações de 9 ministérios. São ações importantes, como a reavaliação periódica de agrotóxicos, isenção de taxas para produtos voltados à agricultura orgânica, restrições à pulverização aérea, qualificação da assistência técnica e a implantação de zonas livres de agrotóxicos.

As organizações signatárias do manifesto defendem que o avanço da agroecologia “só pode acontecer se enfrentarmos com coragem a questão dos agrotóxicos no Brasil. Aprovar o Pronara é uma demonstração concreta do Governo Federal de seu compromisso com o combate à fome e com a saúde da população”.